



Estatuto da Segurança Privada não atende as expectativas dos trabalhadores



Aprovado na Câmara dos Deputados, o Estatuto ainda volta para a aprovação do Senado Federal e sanção do Presidente da República

Nesta terça-feira (29/11), sem fornecer o devido respaldo aos trabalhadores que ansiavam por verdadeiras mudanças, o Estatuto da Segurança Privada foi aprovado na Câmara dos Deputados, o qual regulamenta a atuação das empresas de segurança privada e de transporte de valores e disciplina os aspectos da segurança em bancos.

A CONTRASP atuou com 35 emendas que representam as verdadeiras urgências

no segmento: a troca de armamento, a extensão do porte de arma, a prisão especial para os vigilantes, o crime hediondo contra vigilantes e seus familiares quando ocorrer pelo serviço da profissão, entre outras.

Porém, sem acordo entre líderes, as emendas não viraram destaques, apesar de quatro partidos atuarem em acordo. “A CONTRASP não desistiu da troca de armamento, extensão do porte de arma e nenhuma das reivindicações requeridas

no Estatuto. Estamos articulando com deputados e senadores para que possam emplacar estas urgências em projetos de leis específicos”, explica João Soares, Presidente da CONTRASP.

Sobre o Estatuto

O projeto foi aprovado na forma de uma emenda substitutiva do deputado Wellington Roberto (PR-PB), que estabelece normas a serem seguidas por essas empresas, remetendo à Polícia Federal a atribuição de autorizar seu funcionamento e de controlar e fiscalizar a atuação delas com a cobrança de taxas.

O texto permite ainda o funcionamento de serviços de segurança privada nas empresas que queiram ter seu próprio corpo de seguranças, possibilidade estendida a condomínios de casas ou de apartamentos, escritórios, prédios residenciais e salas, exceto portarias.

O substitutivo definiu quais são os serviços de segurança privada que podem ser assim

considerados. Entre eles, a vigilância patrimonial; a segurança de eventos em espaços de uso comum; a segurança nos transportes coletivos, exceto aviação; a segurança em unidades de conservação; o monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e de rastreamento; o transporte de valores; a escolta de transporte de bens; e a segurança do perímetro de muralhas e nas guaritas de presídios.

Neste último caso, o serviço somente poderá ser realizado se a gestão do presídio tiver sido privatizada, mas essas seguranças não poderão realizar atividades carcerárias ou revista íntima, aplicar medidas disciplinares e de contenções de rebeliões; entre outras atividades exclusivas de Estado.

Quanto à vigilância nos meios de transporte, o projeto especifica que a PF poderá autorizar o uso de arma de fogo pelos seguranças que atuam nos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário ou marítimo.



Vigilantes conquistam uma direção forte e unida ao Sindvig/GO com a vitória da Chapa 02



A Chapa 02 – “Vigilantes em Alerta Goiânia”, formada por vigilantes em oposição à antiga gestão que deixou Sindicato destruído, encabeçada por Esli Feitosa, conquistou a vitória nas Eleições do Sindvig/GO.

Realizadas nos dias 26 e 27 de novembro, na sede do Sindicato, foi a primeira vez em dois anos que procedeu um processo eleitoral transparente e os vigilantes puderam exercer a democracia na escolha dos seus representantes.

Isso porque a FITV – Federação Interestadual dos Vigilantes solicitou a atuação da Polícia Militar que esteve presente a todo o momento, assim como o Ministério Público, para que as fraudes

que ocorreram nas eleições passadas não se repetissem. Apesar das tentativas de tumultos, tudo transcorreu tranquilamente.

“A batalha para a retirada da antiga direção do Sindicato foi intensa. Agora, o nosso desafio é restaurar o Sindicato e com o apoio de toda a categoria conseguiremos conquistar esse objetivo. Se preciso, trabalharemos dia e noite para mudar a história dos vigilantes de Goiânia”, afirma Esli Feitosa, Presidente do Sindicato.

Os vigilantes de Goiânia deixaram claro o anseio por uma diretoria que represente e defenda devidamente os seus direitos. Na última quarta-feira (30/11), às 20h, foi realizada a posse da Chapa 02 na diretoria do Sindicato.

A CONTRASP, que esteve presente a todo o momento, parabeniza a Chapa pelo trabalho realizado aos vigilantes da região, que passaram anos prejudicados com a antiga gestão do Sindicato. E também agradece a todos que, de alguma forma, contribuíram pela realização desse processo que sucedeu de forma sublime.



FITV reúne os sindicatos do Goiás para unir forças nas negociações salariais



Após a conquista do Sindvig/GO, a FITV – Federação Interestadual dos Vigilantes reuniu nesta segunda-feira (28/11) os sindicatos do Goiás com o objetivo claro de unir forças no Estado. Diante das preocupações da categoria, as negociações coletivas da região serão realizadas em conjunto - com a presença da Federação e técnicos especializados.

“Com isso, a tentativa do patronal em fragilizar a categoria e oprimir o trabalhador, tentando reduzir os benefícios e flexibilizar os direitos trabalhistas será inútil”, explica Celso Adriano Gomes da Rocha, Diretor da CONTRASP e Presidente da FITV.

Estiveram presentes o Sindicato dos Vigilantes de Goiás, o Sindvig/GO, o Sindiforte/GO e o Sindicato dos Vigilantes de Anápolis. Na reunião, também ficou estabelecido o compromisso de desfiliação da outra confederação e filiação à CONTRASP e FITV.



SBN Qd. 2 Bloco J - Edifício Engenheiro Paulo Maurício - 6º andar - salas 601/608 Asa Norte - DF

CEP: 770.040-020

Telefones:
(61) 3327-9813
(61) 3326-1904

Presidente: João Soares
Secretário de Imprensa e Divulgação: Celso Adriano Gomes da Rocha

Editora e Arte Finalista: Regina Domingues

Jornalista: Ana Roberta Melo

Diagramação: Amauri Azevedo e Ana Roberta Melo

Arte: Amauri Azevedo
Revisora de Texto: Cássia Lagares